Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de março de 2021

KPDS 861581

Relatório da Administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **18**

Balanços patrimoniais **24**

Demonstrações de resultados **25**

Demonstrações de resultados abrangentes **26**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **27**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **28**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **29**

Relatório da Administração 2020-2021

DIANA BIOENERGIA

Avanhandava, 23 de junho de 2021.

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S/A relativas a doze meses da safra 2020/2021 encerrada em 31 de março de 2021.

Histórico

A Diana Bioenergia é uma usina de açúcar, etanol e energia, fundada em 1981 e teve sua primeira safra no ano de 1987, na safra 2021/22, completará 40 anos de existência e 35 safras. Tendo como missão, produzir a partir da cana-de-açúcar energia e alimento dentro das melhores práticas de sustentabilidade, agregando e gerando valores socio ambientais e econômicos aos acionistas, colaboradores, parceiros e comunidade.

A alta administração espera tornar–se uma referência no setor sucroenergético da sua região, através de um crescimento sólido dentro das melhores práticas de governança corporativa, inovando sempre e quebrando paradigmas, estabelecendo compromissos de longo prazo, construindo relacionamentos estratégicos pautados na confiança, considerando sempre, em primeiro lugar o SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e respeito às Leis. Tendo como valores ética, transparência, comprometimento, confiança, competência, meritocracia e respeito à SSMA.

No exercício findo em 31/03/2021, completamos 9 anos de publicação das demonstrações financeiras, nos baseando sempre em nossos valores supra citados, em especial ética e transparência.

Durante as 3 últimas safras (2018/19, 2019/20 e 2020/21) reformamos 70% do nosso canavial, o que nos possibilitou a partir da safra 2020/21, elevar o TCH para 78,11, um aumento de 22% em relação a última safra e um ATR de 146,28, um aumento de 16 kgs em relação a média das 2 (duas) últimas safras. Moemos 1.375mm de toneladas, contra 1.200mm de média das 2 (duas) últimas safras, otimizando o parque industrial e consequentemente reduzindo ainda mais os custos fixos, aumentando a rentabilidade da companhia e reduzindo o endividamento líquido.

Os números da safra 2020/21, refletem os nossos esforços de investimento na renovação de canavial que fizemos nos últimos 3 (três) anos, conseguindo a partir da safra 2020/2021, otimizar a capacidade fabril da Diana e rentabilizar a operação.

Dentro do nosso planejamento estratégico de 5 anos, considerando os esforços feitos nos últimos anos, conseguimos na safra 2020/21 moer 1.375 mm de toneladas, TCH de 78,11 ton e ATR de 146,28 kg, eficiência industrial de 89,17% e mix de açúcar acima de 61,98%.

Na safra 2021/22, esperamos uma moagem acima de 1.500 mm de toneladas, com ATR acima de 136,60 Kg, TCH acima de 80 e eficiência industrial acima de 90% e a partir da safra 2022/23, esperamos estabilizar a moagem em 1.600mm, TCH acima de 85, ATR acima de 137,50 e eficiência industrial acima de 90%.

Seguindo nossa política de Risk Management, conseguimos aproveitar as oportunidades de mercado e fixamos as seguintes quantidades de açúcar VHP:

- 92,3 mil toneladas para safra 2021/22 com preço médio de R$1.469,37, equivalente a um etanol de R$2,51, o que proporciona uma rentabilidade de 26%;
- 76 mil toneladas para safra 2022/23 com preço médio de R$1.520.61, equivalente a um etanol de R$2,57, o que proporciona uma rentabilidade de 31%; e
- 38 mil toneladas para safra 2023/24 com preço médio de R$1.593,94, equivalente a um etanol de R$2,76, o que proporciona uma rentabilidade de 40%.

(Preço de tela + POL x câmbio).

Tais fixações, em níveis tão remuneradores para a empresa, nos dão uma segurança para enfrentar quaisquer oscilações de preço no futuro, algo natural no setor de commodities.

Na área agrícola, tivemos investimentos em colhedoras de cana, tratores e transbordos para colheita de cana, visando a melhora das operações agrícolas, com consequente aumento da produtividade operacional e redução de custos.

Na área industrial fizemos investimentos diversos, visando a melhora da eficiência industrial global, sendo investimentos na fábrica de açúcar, objetivando um leve aumento da produção de açúcar, nas caldeiras, visando melhor o consumo específico de uma safra açúcareira, aumentando a sobra de bagaço, e consequentemente, uma maior exportação de energia e fizemos a troca da coluna de destilação, objetivando maior produção, estabilidade do processo produtivo e segurança.

Nosso objetivo continua sendo a redução do endividamento do Grupo e aumento da rentabilidade da operação. Tal redução do endividamento continuará sendo feita com base em nosso planejamento de 5 anos, de forma saudável, sem comprometer a rentabilidade, liquidez e a operação. Na safra 2020/21 iniciamos nosso círculo virtuoso, refletindo todos os esforços dos últimos anos.

Vale destacar a 4º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, que deveria ter acontecido até o final de março, mas por contratempos burocráticos aconteceu no início de abril, no valor de R$ 75.000 mm, sendo R$ 40.000 mm com o Banco Santander, com taxa de juros de 100% CDI e sobretaxa de 5,80% a.a. e R$ 35.000 mm com o Banco Itaú, com taxa de juros de 100% de CDI e sobretaxa de 5,20% a.a., sendo as duas séries com prazo total de 5 anos, sendo 1 de carência e 4 para pagamento (2022, 2023, 2024 e 2025), que aliado a melhora geral da Diana, concretiza a nova realidade da empresa.

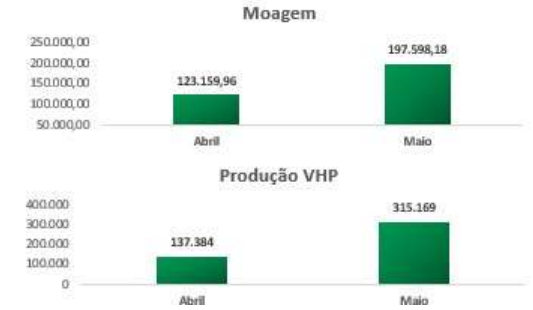
Expectativas para a safra **2021/2022**

→ Aumento do TCH de cana própria para 80,63 ton/há e ATR = 136,60 kg, raio médio de 18,0 km.
→ Produção de 119.687 mil toneladas de açúcar VHP e 54.918 mil m³ de Etanol hidratado, com uma eficiência global de 89,52%.
→ Cogeração e exportação de energia elétrica em torno de 5.625 MWh.

Iniciamos a safra 2021/22 no dia 04/abril/2021, até o dia 31/maio/2021 moemos 320.758 toneladas, produzimos 23.113 toneladas de açúcar e 11.419.428 litros de etanol hidratado, com uma eficiência industrial de 91,24% e um ATR de 128,17. Conforme quadro abaixo, mesmo moendo um pouco menos que o previsto para o período (15 mil toneladas), em função de algumas paradas industriais, entretanto produzimos praticamente a mesma coisa que o planejado, tendo 2% a mais na eficiência industrial (91,24% realizado x 89,25% planejado), um ATR 2,85 kg a maior (128,17 realizado x 125,32 planejado) e 0,13 sacos/tonelada de UNICOP a mais (2,52 realizado x 2,39 planejado).

O TCH da cana própria realizado até o dia 31/maio/2021 está ligeiramente abaixo do estimado (68 planejado x 66 realizado), considerando que moemos o mês de abril inteiro e a primeira quinzena de maio, apenas com canas que serão reformadas nesta safra 2021/2022, acreditamos que conseguiremos atingir o TCH estimado de 80,63 na safra 2021/22.

PARÂMETROS	PLANEJADO	REALIZADO	DESVIO
MOAGEM	335.360	320.758	-14.602
DISPONIBILIDADE	95,00	90,34	-4,66
ATR CANA	125,32	128,17	2,85
PROD. AÇÚCAR	472.837	462.279	-10.558
PROD. HIDRATADO	11.034.455	11.419,428	384.973
ENERGIA EXPORTADA	904.503	432.083	-472.420
EFICIÊNCIA GLOBAL	89,25	91,24	1,99
UNICOP	2,39	2,52	0,13
MIX VHP	60,30	59,69	-0,61



Operacional

DADOS OPERACIONAIS	SF 19-20	SF 20-21	Var.(%)
Cana processada (mil toneladas)	1.192	1.375	15%
Própria	874	813	-7%
Fornecedores – parceirização	318	381	20%
Fornecedores	-	181	100%
Mix cana própria	73%	59%	-14,19 p.p.
TCH próprio	64,19	78,11	22%
ATR (kg por ton)	129,86	146,28	13%
Produção			
Açúcar (ton)	61.638	115.562	87%
Etanol anidro (m³)	-	-	0%
Etanol hidratado (m³)	55.117	50.959	-8%
Vendas			
Açúcar (ton)	58.068	117.757	103%
Etanol anidro (m³)	-	-	0%
Etanol hidratado (m³)	55.501	52.003	-6%
Estoques			
Açúcar (ton)	3.048	-	-100%
Etanol anidro (m³)	190	-	-100%
Etanol hidratado (m³)	1.134	49	-96%

Na safra 2020/2021 a moagem foi de 1.375 mil toneladas, sendo 59% (813 mil toneladas) de cana-de-açúcar própria, sendo 31% deste canavial cultivadas em área do grupo Diana e 69% em área de parceria agrícola, com TCH de 78,11 ton. e ATR de 143,68 kg/ton.

Aumento de 87% na produção de açúcar VHP, superando 115 mil toneladas.

Balanço patrimonial

Ativo	2021 Realizado	2021 Ajustado	Passivo	2021 Realizado	2021 Ajustado
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	35.694	74.572	Fornecedores	34.841	34.841
Contas a receber de clientes	790	790	Passivo de arrendamento	8.738	8.738
Estoques	29.226	29.226	Empréstimos e financiamentos	93.938	73.783
Ativos biológicos	38.732	38.732	Debêntures a pagar	12.539	-
Adiantamentos a fornecedores	12.234	12.234	Impostos e contribuições a recolher	4.628	4.628
Impostos a recuperar	6.453	6.453	Imposto de renda e contribuição social a recolher	8	8
Ativo fiscal corrente	546	546	Salários e férias a pagar	4.357	4.357
Instrumentos financeiros derivativos	289	-	Adiantamentos de clientes	7.085	7.085
Outros ativos	966	966	Mútuo com partes relacionadas	3.342	3.342
			Instrumentos financeiros derivativos	39.858	-
Total do ativo circulante	**124.930**	**163.519**	**Total do passivo circulante**	**209.334**	**136.782**
Não circulante			Fornecedores	-	-
Realizável a longo prazo			Passivo de arrendamento	42.530	42.530
Depósitos judiciais e outros	293	293	Empréstimos e financiamentos	97.274	168.846
Mútuo com partes relacionadas	-	-	Debêntures a pagar	-	-
Aplicações financeiras	-	-	Impostos e contribuições a recolher	4.375	4.375
Tributos diferidos	17.420	1.060	Tributos diferidos	-	-
			Mútuo com partes relacionadas	11.133	11.133
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	8.548	-
Impostos a recuperar	1.038	1.038	Provisão para contingências	41	41
Total do realizável a longo prazo	**18.751**	**2.391**	**Total do passivo não circulante**	**163.901**	**226.925**
Imobilizado	215.918	215.918	**Patrimônio líquido**		
Direito de uso - Terras	55.040	55.040	Capital social	59.987	59.987
			Reserva legal	113	113
Total do ativo não circulante	**289.709**	**273.349**	Ajuste de avaliação patrimonial	44.456	44.456
			Prejuízos acumulados	(63.152)	(31.395)
			Total do patrimônio líquido	**41.404**	**73.161**
			Total do passivo	**373.235**	**363.707**
Total do ativo	**414.639**	**436.868**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**414.639**	**436.868**

Conforme comentado acima, a Diana emitiu sua 4ª Debênture no início de abril de 2021, que por alguns contratempos burocráticos não saiu a tempo de refletir no balanço do exercício findo em março de 2021.

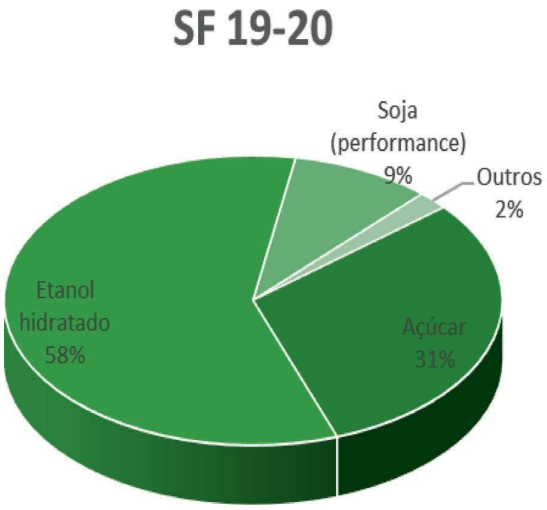
Para demonstrar esse efeito, apresentamos o comparativo entre o "realizado" e o "ajustado", esse considerando se a liberação tivesse ocorrido a tempo, com a liberação, a liquidez corrente seria 1,20 contra 0,60 realizada.

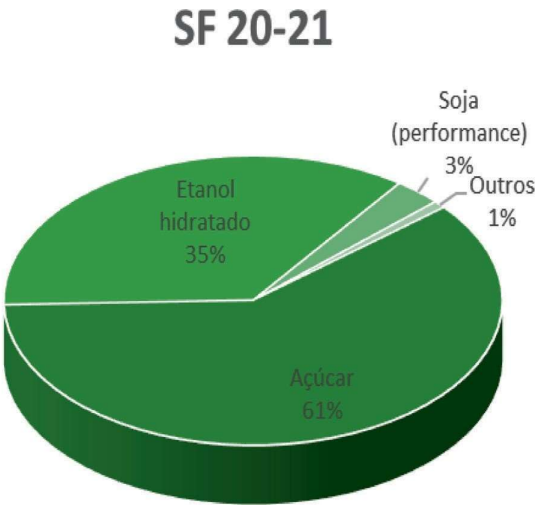
Adicionalmente, conforme também comentado acima, a Diana fixou açúcar em níveis bastante remuneradores para essa safra e para as próximas safras (2021, 2022 e 2023) e por isso os reflexos apresentados em instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos não realizados, estão registrados no resultado (receita/despesa financeira) com contrapartida nas contas patrimoniais (ativo e passivo), considerando que o efeito do MtM (Mark to Market) de tais instrumentos financeiros não realizados é meramente contábil, expurgamos tais efeitos não caixa do cálculo do balanço, bem como os respectivos efeito tributários diferidos, demonstrando o real desempenho da Diana, significativamente melhor que nos anos anteriores, fruto de todo o trabalho supra citado.

Receita bruta

COMPOSIÇÃO RECEITA BRUTA Milhares de reais	SF 19-20	SF 20-21	Var.(%)
Mercado interno	**121.492**	**108.493**	**-11%**
Etanol hidratado	117.698	106.104	-10%
Outros	3.794	2.390	-37%
Mercado externo	**80.372**	**190.502**	**137%**
Açúcar	61.953	181.288	193%
Soja *(performance)*	18.420	9.213	-50%
Receita bruta total	**201.864**	**298.995**	**48%**
Açúcar	61.953	181.288	193%
Etanol hidratado	117.698	106.104	-10%
Soja *(performance)*	18.420	9.213	-50%
Outros	3.794	2.390	-37%





PREÇOS BRUTOS	SF 19-20	SF 20-21	Var. (%)
Volume			
Açúcar (ton)	58.068	117.757	103%
Etanol hidratado (m³)	55.501	52.003	-6%
Preços brutos			
Açúcar (R$/ton)	1.067	1.540	44%
Etanol hidratado (R$/m³)	2.121	2.040	-4%

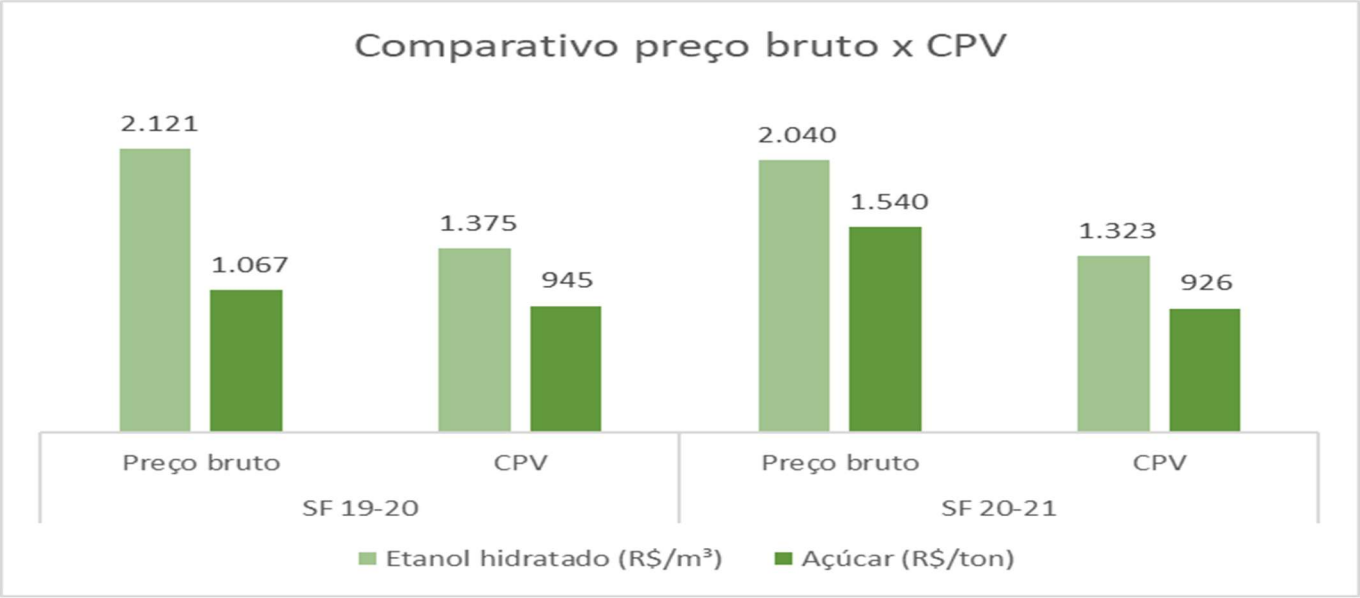
Outras receitas operacionais	SF 19-20	SF 20-21	Var.(%)
Milhares de reais			
Receita de venda de CBIOs	-	1.770	100%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(86)	631	-834%
Resultado na venda/baixa de ativos	191	28	-85%
Exclusão do ICMS da base de Pis e Cofins	3.537	-	-100%
Total	**3.642**	**2.428**	**-33%**

No exercício findo em 31 de março de 2021, vendemos 55.409 CBIO´s, o que agregou R$ 1.770 (valor bruto) ao resultado da companhia.

A expectativa de venda de CBIO´s para a safra 21/22 é de 63.858.

Custos

CPV	SF 19-20	SF 20-21	Var.(%)
Milhares de reais			
Açúcar	54.903	109.027	99%
Etanol anidro	-	9	0%
Etanol hidratado	75.781	67.409	-11%
Soja *(performance)*	18.097	7.044	-61%
Outros	2.961	764	-74%
Total	**151.742**	**184.253**	**21%**
ATR vendido ('000 tons)	197,05	269,52	37%
Custo unit. (CPV/ATR)	770,06	683,62	-11%



Despesas com vendas e administrativas	SF 19-20	SF 20-21	Var.(%)
Milhares de reais			
Fretes a armazenagem	5.442	14.969	175%
Despesas com pessoal	7.626	5.607	-26%
Impostos, depreciação e outros	3.343	5.279	58%
Serviços prestados	2.599	3.755	44%
Total	**19.010**	**29.610**	**56%**

Resultado financeiro

Resultado financeiro	SF 19-20	SF 20-21	Var.(%)
Milhares de reais			
Instrumentos financeiros derivativos (realizados)	(191)	19.125	10113%
Instrumentos financeiros derivativos (não realizados)	(12.299)	60.103	589%
Rendimentos com aplicações financeiras	(1.147)	(593)	48%
Descontos obtidos	(398)	(293)	26%
Juros demais operações e descontos financeiros	1.329	680	49%
Juros apropriados sobre financiamentos	16.656	15.091	9%
Juros tributários - parcelamento e contingências	1.514	2.159	-43%
Descontos concedidos	692	5	99%
AVP - Passivo de Arrendamentos (CPC 06)	5.869	5.873	0%
Custos a amortizar (CPC 08)	(816)	115	114%
Variação cambial ativa	(510)	(2.301)	-351%
Variação cambial passiva	13.156	13.599	-3%
	23.855	**113.564**	**376%**
Estorno variação cambial (competência)	7.709	2.123	48%
Instrumentos financeiros derivativos (não realizados)	12.299	(60.103)	589%
Resultado financeiro líquido ajustado	43.863	55.584	31%

Temos uma política de hedge onde o objetivo principal, como qualquer risk management é proteção, então, quando os preços atingem níveis remuneradores, fixamos para garantir margem. A Diana fixou açúcar para a safra que encerrou e para as próximas 3 safras (2021, 2022 e 2023) e por isso os reflexos apresentados em instrumentos financeiros derivativos.

Para os instrumentos financeiros derivativos realizados, a contrapartida já está registrada na Receita e na despesa financeira, o que anula os efeitos ao final do resultado.

Já para os instrumentos financeiros derivativos não realizados, esse efeito está registrado no resultado (receita/despesa financeira) com contrapartida nas contas patrimoniais (ativo e passivo), como explicado acima, tendo em vista que o efeito do MtM é meramente contábil, expurgando este efeito não caixa do cálculo, demonstramos o resultado real, significativamente melhor que o ano passado.

EBTIDA	SF 19-20	SF 20-21	Var.(%)
Receita Bruta	**201.864**	**298.995**	48%
(-) Impostos	(25.038)	(23.198)	
(=) Receita Líquida	**176.826**	**275.797**	56%
Mudança no valor justo do ativo biológico	6.769	14.388	
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(151.742)	(184.253)	21%
(=) Lucro Bruto	**31.853**	**105.932**	**233%**
Margem bruta	18%	38%	20,40 p.p.
Despesas (receitas) adminstrativas, comerciais e outras	(15.368)	(27.182)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida e impostos	**16.485**	**78.750**	**378%**
Resultado financeiro	(11.209)	(102.266)	
Variação cambial líquida	(12.647)	(11.298)	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(7.371)**	**(34.814)**	**372%**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.240	17.940	
Resultado do exercício	**(6.131)**	**(16.874)**	**175%**
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações	7.123	7.620	
Depreciação de Plantas Portadoras	12.962	15.786	
Consumo Ativo Biológico	22.812	26.811	
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	18.471	17.704	
EBITDA ajustado *	**77.853**	**146.671**	**88%**
Margem Ebtida	44%	53%	9,15 p.p.
Estornos/ajustes			
Derivativos não realizados		60.104	
Efeitos nova norma contábil "CPC 06 (R2)"	6.092	-	
Ajuste a valor justo do ativo biológico	(6.769)	(14.388)	
Variação cambial (não caixa)	7.709	2.123	
Imposto de renda e contribuição social	(2.391)	(16.265)	
Resultado do exercício	**(1.490)**	**14.700**	**-1087%**
	-1%	5%	6,17 p.p.

Na safra 20/21 o grupo apresentou lucro de R$ 14.700 após os ajustes, ante prejuízo de R$ 1.490 na safra 19/20.

Tais ajustes se fazem necessário para demonstrar o real desempenho do grupo. Sendo eles: os efeitos de derivativos não realizados (Mtm), ajuste a valor justo de ativo biológico e variação cambial (não caixa).

Endividamento

Endividamento	31/03/2020	31/03/2021	Var.(%)
Milhares de reais			
FINAME	6.967	3.920	-44%
Crédito Rural Bancário - CCB	35.726	92.210	158%
Cédula de Produto Rural - CPR	20.600	-	-100%
Pré-pagamento Exportação - PPE	8.770	9.796	12%
Adiantamento Contrato Câmbio - ACC	18.101	17.088	-6%
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	89.915	68.198	-24%
Nota de Crédito à Exportação - NCE	-	-	0%
Debêntures	25.084	12.539	-50%
Dívida bruta total	**205.162**	**203.751**	**-1%**
Disponibilidades	35.037	35.694	2%
Estoque disponível	3.918	-	-100%
Efeito de Swap	3.613	-	-100%
Adiantamento a fornecedores		7.646	0%
Dívida líquida	**162.594**	**160.411**	**-1%**
Curto prazo	59.466	63.137	6%
Longo prazo	103.128	97.274	-6%
	162.594	160.411	

Caso as debêntures tivessem saído a tempo e tivéssemos quitado as dívidas previstas nessa emissão, o endividamento ficaria da seguinte forma:

Endividamento	31/03/2020	31/03/2021	Var.(%)
Milhares de reais			
Dívida bruta total	**205.162**	**242.667**	**18%**
Disponibilidades	35.037	74.610	113%
Estoque disponível	3.918	-	-100%
Efeito de Swap	3.613	-	-100%
Adiantamento a fornecedores		7.646	0%
Dívida líquida ajustada	**162.594**	**160.411**	**-1%**
Curto prazo	59.466	-8.435	-114%
Longo prazo	103.128	168.846	64%
	162.594	160.411	

Índices de dívida	31/03/2020	31/03/2021	Var.(%)
Dívida por tonelada de cana	136,44	116,63	-15%
Dívida por EBITDA	2,09	1,09	-48%
Dívida por Receita líquida	91,78%	58,16%	-37%

Investimentos

Investimentos	31/03/2020	31/03/2021	Var.(%)
Milhares de reais			
Plantio de cana	**32.570**	**29.179**	**-10%**
Imobilizado	**9.597**	**18.461**	**92%**
Máquinas e equipamentos industriais	507	8.460	1569%
Máquinas e implementos agrícolas	1.974	8.358	323%
Veículos	349	44	-87%
Obras em andamento	6.533	1.289	-80%
Outros	234	310	32%
Total geral	**42.167**	**47.640**	**13%**

Conforme já comentado no início desse relatório, é importante ressaltar que a Diana não vem medindo esforços para investir no seu canavial, bem como fez investimentos nas áreas agrícola e industrial buscando uma melhora de produtividade, redução de custos e otimizando o parque fabril.

Traçamos um planejamento para os próximos 5 anos, com acompanhamento semanal da evolução e revisão trimestral. Tal planejamento é realizado em conjunto com todas as áreas do grupo de forma que haja o engajamento de toda a equipe.

Alinhado a isso, temos uma rígida política de risco a fim de aproveitar as melhores oportunidades de preço de venda de açúcar, etanol e energia.

O árduo trabalho realizado nos últimos anos, demonstrado através deste relatório, nos dão segurança e confiança que o grupo iniciou um círculo virtuoso e tem pela frente um futuro produtivo, eficiente e rentável, continuaremos sempre focados e comprometidos com a melhora contínua, de forma consciente, adotando as melhores práticas para não apenas manter, mas melhorar nossos indicadores operacionais, de custos, financeiros e de rentabilidade.

Mensagem da Presidência

"Importante ressaltar o orgulho, satisfação e felicidade de todos os acionistas e colaboradores que JUNTOS estão construindo uma Cia justa, com foco principalmente na segurança dos colaboradores e preservação do meio ambiente. Uma Cia com pouquíssimos contenciosos, sendo nenhum criminal e nenhuma cobrança de impostos em atraso, muito poucos cíveis e poucos trabalhistas, respeitando o meio ambiente e todas as legislações e licenças ambientais. Uma empresa moderna com operações na B3 registradas na Cetip, operações junto ao BNDES, gerando e distribuindo riquezas entre os seus, mercado e comunidade".

DIANA
BIOENERGIA

Expediente

Relatório da Administração é uma publicação anual aos acionistas da Diana Bioenergia

KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1.401 a 1.405, 1.409 e 1.410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Avanhandava – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo do ativo biológico

Veja as Notas 4.b, 7.g e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mensura os seus ativos biológicos referentes a lavoura de cana-de-açucar em formação com base no seu valor justo, calculado utilizando o método do fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração requer julgamento crítico significativo na determinação de certas premissasadotadas pela Companhia, principalmente relacionadas a produtividade estimada desses canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, aos preços futuros estimados do ATR, aos custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e aos custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao grau de complexidade envolvido na determinação das premissas utilizadas na mensuração do valor justo e ao impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: ▪ A avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos biológicos, incluindo a produtividade estimada dos canaviais, a quantidade de açúcar total recuperável – ATR por tonelada de cana-de-açúcar, os preços futuros estimados do ATR, os custos necessários para os tratos culturais futuros, o custo do aluguel da terra e os custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar e a taxa de desconto, além de comparação das principais premissas com informações históricas disponíveis, bem como, análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; ▪ Recálculo matemático do valor justo determinado com base no fluxo de caixa projetado e descontado; e ▪ Avaliação também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, nomeadamente em relação às premissas utilizadas na mensuração

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

	do ativo biológico. Com base nos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo do ativo biológico, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2021.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Veja as Notas 4.a, 7.e e 15 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferido ativo relativo a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e a diferenças temporárias considerados recuperáveis com base na projeção de lucros tributáveis futuros. Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa de contribuição social possam ser realizados. Devido às incertezas e complexidade na determinação das premissas nas projeções de lucros tributáveis futuros, e do impacto que eventuais alterações nas mesmas poderiam trazer para o valor de recuperação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo reconhecido nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: ■ Com o auxílio de nossos especialistas em reestruturação, avaliamos a razoabilidade das principais premissas financeiras e de negócios utilizadas na elaboração de projeções de lucro tributável futuro pela Companhia. ■ Com o auxílio de nossos especialistas em reestruturação, realizamos uma análise de sensibilidade para testar a consistência e razoabilidade dos lucros tributáveis projetados pela Companhia. ■ Análise, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, da adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais, incluindo as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização. ■ Avaliação se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização dos prejuízos fiscais e base negativa não utilizados e das diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos. ■ Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos acima

	resumidos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o valor dos ativos fiscais diferidos assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

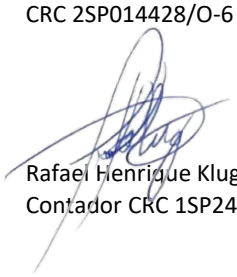
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma

perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 23 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	35.694	33.922
Contas a receber de clientes	9	790	3.577
Estoques	10	29.226	31.994
Ativos Biológicos	11	38.732	26.811
Adiantamentos a fornecedores	12	12.234	18.321
Impostos a recuperar	14	6.453	5.348
Ativo fiscal corrente		546	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	289	56.701
Outros ativos		966	849
Total do ativo circulante		**124.930**	**177.523**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais e outros		293	293
Impostos a recuperar	14	1.038	389
Tributos diferidos	15	17.420	-
Aplicações financeiras		-	1.115
Total do realizável a longo prazo		**18.751**	**1.797**
Imobilizado	16	215.918	196.096
Direito de uso	17	55.040	64.421
Total do ativo não circulante		**289.709**	**262.314**
Total do ativo		**414.639**	**439.837**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	18	34.841	27.855
Passivo de arrendamento	19	8.738	13.540
Empréstimos e financiamentos	20	93.938	89.450
Debêntures a pagar	21	12.539	12.584
Impostos e contribuições a recolher	22	4.628	6.776
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	8	8
Salários e férias a pagar		4.357	5.135
Adiantamentos de clientes	24	7.085	20.640
Mútuo com partes relacionadas	13	3.342	1.587
Instrumentos financeiros derivativos	33	39.858	44.715
Total do passivo circulante		**209.334**	**222.290**
Não circulante			
Fornecedores	13/18	-	3.112
Passivo de arrendamento	19	42.530	47.824
Empréstimos e financiamentos	20	97.274	90.628
Debêntures a pagar	21	-	12.500
Impostos e contribuições a recolher	22	4.375	4.185
Tributos diferidos	15	-	521
Mútuo com partes relacionadas	13	11.133	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	8.548	-
Provisão para contingências	23	41	499
Total do passivo não circulante		**163.901**	**159.269**
Patrimônio líquido	25		
Capital social		59.987	59.987
Reserva legal		113	113
Ajuste de avaliação patrimonial		44.456	45.768
Prejuízos acumulados		(63.152)	(47.590)
Total do patrimônio líquido		**41.404**	**58.278**
Total do passivo		**373.235**	**381.559**
Total do passivo e patrimônio líquido		**414.639**	**439.837**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	26	275.797	176.826
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	14.388	6.769
Custos dos produtos vendidos	27	(184.253)	(151.742)
Lucro bruto		**105.932**	**31.853**
Despesas de vendas	28	(18.549)	(8.541)
Despesas administrativas e gerais	28	(11.061)	(10.469)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	2.428	3.642
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**78.750**	**16.485**
Receitas financeiras	30	40.841	61.257
Despesas financeiras	31	(143.107)	(72.466)
Variação cambial líquida	32	(11.298)	(12.647)
Despesas financeiras e variação cambial líquidas		**(113.564)**	**(23.856)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social contribuição social		**(34.814)**	**(7.371)**
Imposto de renda e contribuição social	15	17.940	1.240
Resultado do exercício		**(16.874)**	**(6.131)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Resultado do exercício	**(16.874)**	**(6.131)**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
Resultado abrangente total	**(16.874)**	**(6.131)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2019		**59.987**	**113**		**47.122**	**(42.813)**	**64.409**
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-		(1.354)	1.354	-
Resultado do exercício		-	-		-	(6.131)	(6.131)
Saldos em 31 de março de 2020		**59.987**	**113**	**-**	**45.768**	**(47.590)**	**58.278**
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-		(1.312)	1.312	-
Resultado do exercício		-	-		-	(16.874)	(16.874)
Saldos em 31 de março de 2021		**59.987**	**113**	**-**	**44.456**	**(63.152)**	**41.404**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(16.874)	(6.131)
Ajustes para:			
Depreciação:			
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações (agrícola e indústria)	16	7.620	7.128
Depreciação de Plantas Portadoras	16	15.786	12.962
Consumo Ativo Biológico	11	26.811	22.812
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)		17.704	18.471
Amortização do direito de uso	17	21.797	16.055
Resultado na alienação de imobilizado	16	4.417	430
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	(14.388)	(6.769)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(17.940)	(1.240)
Instrumentos financeiros derivativos		60.103	(12.298)
Juros e variações cambiais	20/21	18.387	28.027
Juros sobre passivo de arrendamento	19	5.873	5.869
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	19	(11.908)	-
Reversão de provisão para contingências		(458)	-
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas		-	(543)
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber de clientes		2.787	(2.011)
Estoques		(14.936)	(26.669)
Adiantamentos a fornecedores		6.087	(13.266)
Impostos a recuperar		(2.300)	15
Aplicações financeiras		1.115	1.982
Outros créditos		(117)	166
Depósitos judiciais e outros		-	401
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		3.874	2.064
Impostos e contribuições a recolher e outros		(1.958)	2.631
Salários e férias a pagar		(785)	768
Adiantamentos de clientes		(13.555)	16.180
Mútuo partes relacionadas		1.755	1.387
Juros sobre passivo de arrendamento pagos		(6.702)	
Juros pagos	20/21	(13.847)	(17.749)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		**78.348**	**50.673**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Ativo biológico - tratos culturais	11	(24.344)	(20.042)
Aquisição do imobilizado	16	(47.640)	(42.211)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(71.984)**	**(62.253)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de passivo de arrendamento	19	(9.775)	(12.687)
Empréstimos e financiamentos tomados com partes relacionadas	13	11.133	
Empréstimos e financiamentos tomados	20/21	95.712	124.010
Empréstimos e financiamentos pagos	20/21	(101.662)	(93.983)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamentos		**(4.592)**	**17.341**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**1.772**	**5.760**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		33.922	28.162
No fim do exercício		35.694	33.922
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**1.772**	**5.760**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Diana Bioenergia Avanhandava S.A. ("Companhia") tem sua sede administrativa na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio. Tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de álcool, açúcar, subproduto e de produtos agropecuários, a exploração agrícola e comercial em todas as suas modalidades, especialmente no que diz respeito à produção de cana de açúcar, seus subprodutos, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e bactericidas, bem como a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, em ambiente próprio ou de terceiros e a administração de bens próprios e a participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira.

No exercício findo 31 de março de 2021, 59% da cana-de-açúcar foi de produção própria, desse total sendo 16% da cana-de-açúcar produzida em áreas próprias, 15% em área de acionista e 69% em áreas de parceria agrícola, sendo seu mix industrial foi de 62% para a produção de açúcar e 38% à produção de etanol.

a) Impactos da pandemia do Covid-19

Em 2020, vários países, incluindo todos os estados e países em que temos operações, instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. A Companhia implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus funcionários, além de garantir a segurança e a continuidade dado que nossos produtos e serviços são considerados atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

A extensão em que a pandemia do Covid-19 pode afetar nossos resultados operacionais, condição financeira e fluxos de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos no momento da divulgação dessa demonstração financeira, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do Covid-19 e as medidas tomadas para conter o Covid-19 ou tratar seu impacto. Com base nas informações disponíveis, as principais avaliações e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia do Covid-19 em nossos resultados operacionais são:

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários:

A Companhia avaliou indicativos de eventual perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que, mesmo com uma potencial redução nos fluxos de caixa e resultados esperados para a safra 2021/2022, o valor em uso das unidades geradoras de caixa continua sendo significativamente superior ao seu valor contábil, bem como, no caso dos tributos, a expectativa de base tributável dos principais tributos permanece, além do fato da maior parte dos tributos não prescrever.

ii) Perda estimada com risco de créditos sobre ativos financeiros:

As perdas pela redução ao valor recuperável associada ao risco de crédito sobre os ativos financeiros é calculada com base no histórico de perdas incorridas, na situação individual dos

clientes e do grupo econômico ao qual pertencem. Considerando que a Companhia opera majoritariamente com garantias reais de seus clientes, bem como mantém uma análise criteriosa de crédito, operando, quando aplicável com antecipações de dinheiro para envio de produtos, não houve reconhecimento adicional relevante devido à Covid-19.

iii) Liquidez:

A Companhia encerrou o exercício social findo em 31 de março de 2021 com um caixa de R$ 35.694 (R$ 33.922 em 31 de março de 2020) reforçado em parte pelas linhas de crédito acessadas. Adicionalmente, o nível de liquidez para a safra 21/22 foi reforçado preventivamente com o valor de R$ 75.000 captado através da emissão de debênture no mês de abril de 2021.

iv) Avaliação da Continuidade Operacional (*Going Concern*)

A Companhia avalia que devido a solida estrutura a organizacional e rígido controle de custos adotado há vários anos como valor e seguido por todos os setores operacionais e administrativos, não há até o momento indícios de não-continuidade dos negócios.

A Companhia entende que não há nenhum risco para a continuidade dos negócios. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 20.

A Companhia apresentou em 31 de março de 2021 excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R$ 84.404 (R$ 44.767 em 31 de março de 2020) e adicionalmente, apurou prejuízo no exercício no montante de R$ 16.874 (R$ 6.131 em 31 de março de 2020), substancialmente ocasionado por variação cambial de empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira e operações com derivativos, notadamente contratos a termo de açúcar.

A Administração da Companhia vem renegociando os saldos de financiamentos, junto aos principais bancos credores cujo endividamento encontra-se classificado no passivo circulante, de forma a readequar seu fluxo de caixa operacional. O planejamento estratégico que a Companhia vem implementando, tem como objetivo a geração de resultados positivos nos próximos exercícios. Dentre as principais ações tomadas destacam-se as seguintes:

- Obtenção de linhas de créditos de longo prazo com taxas menores para adequação do capital de giro e redução das despesas financeiras; e
- Reestruturação organizacional e implementação de melhorias de processos para redução de custos operacionais.

Vale lembrar que a Companhia não utiliza contabilização de *hedge accounting*.

Assim a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa n° 7.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de junho de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - mensuração do valor justo do ativo biológico;
- **Nota explicativa 15** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 6, 17 e 19** – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação; e
- **Nota explicativa 33** - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.f** - Vida útil de ativo Imobilizado;

- **Nota explicativa nº 11 -** Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;

- **Nota explicativa nº 15** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos; e

- **Notas explicativas 6, 17 e 19:** Taxa de desconto para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento registrado na conta de direito de uso e passivo de arrendamento.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

- **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2020), mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração da norma CPC 15 – Definição de negócio: esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma era efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não teve impactos na suas demonstrações financeiras.

Alteração das normas CPC 48. CPC 38 e CPC 40 – Reforma da taxa de juros: esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de nromas eram efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não teve impactos nas suas demostrações financeiras.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa nº 6).

a. Receita operacional

Venda de bens

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais ativas, variações monetárias e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.
O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	2021 - % ao ano
Terrenos e edificações	0,06%
Máquinas equipamentos e acessórios	3,42%
Veículos	6,54%
Máquinas e implementos agrícolas	7,99%
Móveis e utensílios	7,42%
Benfeitorias	1,92%
Computadores e periféricos	12,51%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.
A cana-de-açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Os contratos de operação a termo de açúcar, são contabilizados a valor justo refletindo a realidade da Companhia em relação aos instrumentos utilizados para a precificação do produto. Tal registro não apresenta riscos para a Companhia, pois, apenas refletem a real precificação de sua produção de açúcar. O preço de exercício dessas operações estão bem acima do custo de produção da Companhia, o que apenas mitiga os riscos da Companhia para eventuais oscilações de preço.

(vi) Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os sócios da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, após deliberação dos acionistas, exceto se for destinado à constituição de adiantamento para futuro aumento de capital ou integralização de capital, situação em que esses lucros/juros são movimentados no patrimônio líquido.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).
As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de

outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Provisão para ajuste do preço de cana

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Companhia de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Companhia, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

m. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se

um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de março de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06).

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e

- Contabilidade de *hedge*.

Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa
As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.
Divulgação
As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.
Transição
A Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1º de abril de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 31 de março de 2021 ou períodos anteriores.

c. Outras normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	**2020**
Caixa e bancos	1.421	589
Aplicações financeiras	34.273	33.333
	35.694	**33.922**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, com rendimentos médios entre 75 a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 90 (noventa) dias da data de contratação, sem perda de rendimentos.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 33.

9 Contas a receber clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes	1.099	3.886
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	(309)	(309)
	790	**3.577**

(i) As perdas de créditos esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos**.**

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações financeiras.

As movimentações da provisão para perdas de crédito esperadas são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	309	852
(-) Baixas	-	(543)
(+) Adições	-	-
Saldo no final do exercício	309	309

Os recebimentos médios de clientes estão concentrados em recebimentos à vista ou antecipados.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	2021	2020
Créditos a vencer	775	2.654
Créditos em atraso até 30 dias	15	115
Créditos em atraso de 31 a 180 dias	-	11
Créditos em atraso mais que 180 dias	309	1.106
	1.099	3.886

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A perda estimada da Companhia tem como politica da Companhia o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos do CPC 48.

O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.

A Companhia em 31 de março de 2021 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperáveis relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros.

10 Estoques

	2021	**2020**
Produtos acabados:		
Açúcar	-	3.850
Etanol	69	2.551
Almoxarifado	9.268	7.889
Gastos Entressafra	19.890	17.703
	29.226	**31.994**

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

11 Ativos biológicos

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

Em 31 de março de 2021 a Companhia possui lavouras de cana-de-açúcar em cerca de 11.671 hectares de terras cultiváveis, sendo 15% em terras próprias, e 88% em áreas de parcerias agrícolas, com seus acionista e terceiros. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas e as "plantas produtoras" são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

	2021	2020
Saldo no início do exercício	26.811	22.812
Aumento devido tratos culturais	24.344	20.042
Diminuição devido a colheita	(26.811)	(22.812)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	14.388	6.769
Saldo no final do exercício	**38.732**	**26.811**

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar
O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas e de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e

- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2021	**2020**
Área estimada de colheita (hectares)	11.671	11.487
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	80,63	78,34
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,6	135
Valor do Kg de ATR	0,86	0,68

A taxa de descontos utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 7,40% (7,86% em 31 de março de 2020).

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica "Ativos biológicos" no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica "Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo", no resultado do exercício.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais
A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda
A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da

tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities,* existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros
As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

Análise de sensibidade
A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R$ 4.529. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R$ 3.310.

12 Adiantamentos a fornecedores

	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores de cana – terceiros	10.854	7.210
Adiantamentos de materiais	1.380	11.111
	12.234	**18.321**

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros referem-se a adiantamentos efetuados pela Companhia a fornecedores para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até a safra 2020/2021.

13 Partes relacionadas

a. Controlador final
O controlador final da Companhia é Renata Sodré Viana E. Junqueira.

b. Remuneração da alta administração
O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria. A remuneração paga aos Diretores no exercício foi de R$ 1.833 (R$ 805 em 31 de março de 2020). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

		2021		2020	
		Ativo/ (Passivo)	**Receitas/ (Despesa)**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receitas/ (Despesa)**
Passivo circulante					
Mútuo com parte relacionada					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	(3.342)	-	-	-
Avanhandava Agropecuária S/A (iii)	Acionista	-	-	(1.587)	-
		(3.342)	-	(1.587)	
Passivo não circulante					
Aquisição Atividade Agrícola (ii)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	-		(634)	
Avanhandava Agropecuária S/A (iii)a	Acionista	(11.133)	-	-	-
		(11.133)	-	(634)	-
Operações					
Compra de cana de açúcar (i)					
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	-	(1.492)	-	(1.909)
Avanhandava Agropecuária S/A	Acionista	-	(279)	-	(181)
		-	(1.771)	-	(2.090)

(i) **Compra de cana de açúcar**

O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

(ii) **Aquisição da atividade agrícola**

Refere-se ao saldo da aquisição da atividade de cultivo de cana de açúcar. Na operação foram adquiridos o imobilizado e o ativo biológico, transferidos todos os funcionários e assumido todo o passivo com fornecedores conforme determinado em contrato.

(iii) **Empréstimo**

Refere-se ao saldo de empréstimo captado junto a Avanhandava para suprimento de caixa da companhia, com juros de 100% de CDI e vencimento final em setembro de 2023.

14 Impostos a recuperar

	2021	**2020**
COFINS	3.916	3.626
IRRF	1.361	566
ICMS s/ ativo imobilizado	957	478
PIS	851	788
IPI	275	279
ICMS	130	-
	7.491	5.737
Ativo circulante	6.453	5.348
Ativo não circulante	1.038	389

15 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos:

	2021		2020	
	Saldo	**Resultado**	**Saldo**	**Resultado**
Passivo circulante				
IRPJ e CSLL a pagar	(8)	-	(8)	-
Tributos diferidos ativos constituídos sobre:				
Instrumentos financeiros derivativos	16.318	1.115	15.203	15.097
Provisão para perdas de crédito esperadas	106	1	105	(185)
Ajuste valor realizável estoques	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	34.374	(1.858)	36.232	7.972
Valor justo do ativo biológico	-	-	-	(32)
Arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))	3.911	1.841	2.070	2.070
Provisão para contingências	23	(147)	170	-
	54.732	953	53.780	24.922
Tributos diferidos passivos constituídos sobre:				
Valor justo ativo biológico	(4.892)	(2.590)	(2.301)	(2.301)
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.278	(19.278)	(19.278)
Custo de transação	(449)	(172)	(277)	(277)
Exclusão ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins	(1.203)	-	(1.203)	(1.203)
Imobilizado - Custo atribuído	(22.854)	664	(23.518)	698
Imobilizado - Depreciação Econômica	(7.914)	(190)	(7.724)	(1.322)
	(37.312)	16.987	(54.301)	(23.683)
Tributos diferidos líquidos apresentado no ativo não circulante:	**17.420**	**17.940**	**(521)**	**1.240**

Reconciliação das despesas de IRPJ e da CSLL:
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.814)	(7.371)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	11.837	2.506
Exclusões (adições) permanentes	3 288	(1.266)
	17.940	1.240
Imposto de renda e contribuição social – diferido	17.940	1.240
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	**17.940**	**1.240**
Alíquota efetiva	52%	17%

Realização dos ativos fiscais diferidos:
As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, são consideradas projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias aprovadas pela Administração. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos decorrente de ativos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social:

Exercícios	**2021**
2021/2022	16.523
2022/2023	14.222
2023/2024	7.151
2024/2025	7.046
2025/2026	6.790
Total	**54.732**

16 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Benfeitorias	Obras em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Adiantamento a fornecedores	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
Em 01 de abril de 2019	52.637	45.034	17.619	7.431	534	6.088	398	362	108	44.192	174.404
Adições		507	1.974	349		6.533	146	89		32.570	42.167
	(5)	(8)	(54)	(183)	(44)		(73)	(21)			(387)
Depreciação	(141)	(3.587)	(2.287)	(949)	(33)		(91)	(41)		(12.962)	(20.091)
Transferências para circulante	-	5.152	58	22	233	(5.497)	25	5	-	-	-
Em 31 de março de 2020	52.491	47.098	17.310	6.670	69	7.125	405	394	108	63.800	196.096
Adições		3.372	7.692	36		7.083	210	67		29.179	47.640
Baixas		(1.308)	(2.908)	(200)							(4.417)
Depreciação	(142)	(3.804)	(2.599)	(904)	(35)		(87)	(47)		(15.786)	(23.407)
Transferência		5.088	666	8	32	(5.794)					
Em 31 de março de 2021	52.349	50.448	20.163	5.610	688	8.414	529	414	108	77.193	215.918
Saldo em 31 de março de 2020											
Custo total	54.790	99.213	30.305	15.498	1.036	7.125	872	801	108	91.015	300.762
Depreciação acumulada	(2.299)	(52.113)	(12.993)	(8.829)	(344)		(466)	(408)		(27.215)	(104.666)
Valor residual líquido	52.491	47.098	17.310	6.670	691	7.125	405	394	108	63.800	196.096
Saldo em 31 de marçode 2021											
Custo total	54.790	106.364	33.096	14.845	1.068	8.414	1.083	868	108	120.194	340.830
Depreciação acumulada	(2.440)	(55.916)	(12.933)	(9.236)	(380)		(554)	(453)		(43.001)	(124.912)
Valor residual líquido	52.349	50.448	20.163	5.610	688	8.414	529	414	108	77.193	215.918

a. Garantia

Em 31 de março de 2021, R$ 92.297 do ativo imobilizado da Companhia que corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades estão garantindo operações de financiamentos nas modalidades Finame e capital de giro junto às instituições financeiras.

17 Direito de uso

	Terras	Total
Custo ou avaliação:		
Em 31 de março de 2019		
Adoção inicial IFRS 16 (CPC 06 (R2))	62.766	62.766
Adições de novos contratos	10.821	10.821
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	6.889	6.889
Em 1° de Abril de 2020	**80.476**	**80.476**
Adições de novos contratos	4.271	4.271
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	8.145	8.145
Em 31 de março de 2021	**92.892**	**92.892**
Amortização acumulada:		
Em 31 de março de 2019		
Adições - com impacto no resultado	(16.055)	(16.055)
Em 1° de Abril de 2020	**(16.055)**	**(16.055)**
Adições - com impacto no resultado	(21.797)	(21.797)
Em 31 de março de 2021	**(37.852)**	**(37.852)**
Taxa média de amortização	**35,5%**	**35,5%**
Valor residual líquido:		
Em 31 de março de 2020	**64.421**	**64.421**
Em 31 de março de 2021	**55.040**	**55.040**

18 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores diversos	30.995	26.094
Aquisição atividade agrícola	-	634
Fornecedores de cana	3.846	4.239
Total	34.841	30.967
Passivo circulante	**34.841**	**27.855**
Passivo não circulante	**-**	**3.112**

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 33.

19 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante exercício é como segue:

Em 31 de março de 2019	-
Adoção inicial IFRS 16 (CPC 06 (R2))	50.472
Adições de novos contratos	10.821
Pagamentos	(12.687)
Juros	5.869
Remensuração de contratos	6.889
Baixa	-
Em 1° de Abril de 2020	61.364
Adições de novos contratos	4.271
Pagamentos principal	(9.775)
Pagamentos juros	(6.702)
Juros	5.873
Remensuração de contratos	8.145
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(11.908)
Em 31 de março de 2021	**51.268**
Circulante	8.738
Não circulante	42.530

Abaixo cronograma de pagamentos dos arrendamentos a pagar do passivo não circulante em 31 de março de 2021:

	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
1 a 12 meses	13.791	8.738
13 a 24 meses	12.579	7.690
25 a 36 meses	10.030	5.995
37 a 48 meses	9.062	5.762
49 a 60 meses	7.815	5.224
A partir de 60 meses	23.526	17.859
	76.802	51.268

A taxa de juros média ponderada utilizada para o calculo do ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos em 31 de março de 2021 é de 12,82%.

20 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota Explicativa nº 33 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2021	2020
Moeda nacional:		
Nota de crédito exportação - NCE - 100% CDI + 3% a.a	-	-
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a	85.135	29.257
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a	66.723	75.863
FINAME - Juros pré-fixados de 2,5% a 12,5% a.a e variação da TJLP	3.920	6.967
Cédula de Produto Rural - CPR - 100% CDI + 4,6% a.a	-	20.600
	155.778	132.687
Moeda estrangeira:		
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC - juros de 6% a 8%, a.a. mais variação cambial	17.088	18.101
Pré Pagamento de Exportação - PPE - 105% CDI + 8,35% a 9,5 % a.a	9.796	8.770
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a	7.075	6.469
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a	1.475	14.052
	35.434	47.391
Total	191.212	180.078
Passivo circulante	**93.938**	**89.450**
Passivo não circulante	**97.274**	**90.628**

a. Vencimento da dívida

Em 31 de março de 2021 as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	**2021**	**2020**
2021	-	53.882
2022	49.412	17.414
2023	31.248	12.865
2024	6.880	1.455
2025	2.296	1.100
2026	2.075	1.092
2027	2.075	1.092
2028	2.075	1.092
2029	1.211	637
Total	**97.274**	**90.628**

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, garantia hipotecária de terras e avais de acionistas.

b. Cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato *(waiver)* antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

c. Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e avais de sócios diretores e hipoteca de terras.

Modalidade de captação	Garantias
Finames	Alienação fiduciária dos bens financiados
CPR – Cédula de Produtor Rural	Alienação fiduciária de imóveis
CCB – Cédula de Crédito Bancários	Aval, alienação fiduciária dos bens financiados, hipoteca de imóveis, penhor mercantil, penhor rural (terras) e recebíveis.
NCE/CCE - Nota de Crédito de Exportação	Aval, enhor mercantil e alienação fiduciária de imóveis
PPE - Pré-pagamento de Exportações	Aval de Nota promissória e Contratos de exportações.
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Aval de Nota Promissória e Contratos de exportações.

O total da dívida pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total da dívida
Dívida em 31 de março de 2019	**91.734**	**50.529**	**142.262**
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(101.490)	114.010	12.520
Captações	-	114.010	114.010
Amortização do principal	(86.483)	-	(86.483)
Juros pagos	(15.008)		(15.008)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	99.205	(73.911)	25.294
Variações monetarias/Juros	25.294	-	25.294
Transferência para o circulante	73.911	(73.911)	-
Dívida em 31 de março de 2020	**89.450**	**90.628**	**180.078**
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(101.665)	95.712	(5.953)
Captações	-	95.712	95.712
Amortização do principal	(89.162)	-	(89.162)
Juros pagos	(12.502)	-	(12.502)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	106.153	(89.066)	17.087
Variações monetarias/Juros	17.087	-	17.087
Transferência para o circulante	89.066	(89.066)	-
Dívida em 31 de março de 2021	**93.938**	**97.274**	**191.212**

21 Debêntures a pagar

	2021	2020
Debêntures a pagar	12.539	25.084
Total	12.539	25.084
Passivo circulante	**12.539**	**12.584**
Passivo não circulante	**-**	**12.500**

Em 15 de março de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória a ser convolada em garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e a 2º emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, a ser convolada em garantia real, em série única, para colocação privada, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476. O valor unitário das

debêntures é de R$1.000,00 (Um mil reais), sendo que foram emitidas 29.500 (vinte e nove mil) na 1º emissão e 500 (quinhentas) na 2º emissão, totalizando R$30.000, feita com a XP Investimentos CCTVM S/A.

A Emissão de debentures no valor de R$30.000, possui prazo para pagamento de 4 (quatro) anos. Esses recursos foram utilizados para a operação industrial, o custeio agrícola, a renovação do canavial e a produção de açúcar e etanol.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% (Cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados e divulgados diariamente pela "Taxa DI", acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 4,00% a.a. (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes no contrato de emissão de debentures como segue:

- decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou da Fiadora 1 e/ou de qualquer controlada direta ou indireta da Emissora e/ou da Fiadora 1 ("Controladas");

- ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou da Fiadora, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- liquidação, dissolução, insolvência ou extinção da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer Controlada;

- pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de pagamento aos seus acionistas, tal como participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

- transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

- redução de capital social da Emissora, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na Data de Emissão, nos termos da lei;

- cisão, fusão, incorporação (inclusive, incorporação de ações) ou qualquer outra espécie de reorganização societária possível (todos esses eventos, em conjunto, "Reorganização Societária") envolvendo a Emissora e/ou a Fiadora;

- alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora.

- comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora e/ou por qualquer uma das Fiadoras nesta Escritura ou em qualquer outro documento da Emissão, ou de qualquer informação constante nos documentos relativos à Emissão;

- a Alienação Fiduciária de Imóvel e/ou a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios venha a se tornar comprovadamente ineficaz, inexequível, bem como seja resilida, rescindida ou por qualquer outra forma extinta;

- os Direitos Creditórios se tornem ineficazes, inexequíveis ou, por qualquer motivo, deixem de existir, exceto se novos direitos creditórios forem cedidos fiduciariamente, desde que aprovados pelos titulares das Debêntures;

- constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, usufruto, arrendamento, encargo, opção, direito de preferência e restrição à transferência, gravame, ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade dos Imóveis alienados fiduciariamente, e/ou dos Direitos Creditórios;

- não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Fiadora ou qualquer de suas Controladas que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Fiadora e/ou qualquer de suas Controladas, ressalvada aquelas que estejam em fase de obtenção e desde que o pedido tenha sido feito dentro do prazo previsto na legislação específica;

- caso a Emissora realize quaisquer investimentos: (i) na expansão da capacidade de moagem do parque industrial da Emissora; e (ii) para aquisição de imóveis, exceto quando o montante aplicado na aquisição de imóveis não exceder o montante obtido com a venda de imóveis de propriedade da Emissora a partir da Data de Emissão. Poderão, no entanto, ser realizados investimentos (i) para manutenção do parque industrial e da frota de veículos da Emissora; e (ii) em ativos biológicos ou lavoura de cana-de-açúcar que componham o ativo imobilizado da Emissora;

- não observância, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros (*covenants*), com base nos demonstrativos financeiros a serem apuradas com base no exercício social encerrado, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de março de 2020:

Covenant	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	<=3,0x	<=3,0x	<=3,0x	<=3,0x

Ativo Circulante / Passivo Circulante	>= 0,65x	>= 0,90x	>= 1,00x	>= 1,00x
Dívida Líquida	<=R$ 150 MM	<=R$ 150 MM	<=R$ 150 MM	<=R$ 150 MM
Dívida Líquida / Tonelada de Cana Moída	<= 115,0x	<= 100,0x	<= 100,0x	<= 100,0x

Para fins deste item acima, (i) "EBITDA" significa: sigla em inglês para "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization", calculado pelo ajuste ao lucro líquido das despesas (receitas) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, da adição ou exclusão do resultado financeiro líquido e adição da depreciação e amortização; e (ii) "Dívida Líquida" corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora (consolidado), não incluindo avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato *(waiver)* antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

O total de debêntures a pagar pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures a pagar em 31 de março de 2019	**6.343**	**16.250**	**22.593**
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(10.241)	10.000	(241)
Liberações	-	10.000	10.000
Amortização do principal	(7.500)	-	(7.500)
Juros pagos	(2.741)	-	(2.741)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	16.473	(13.750)	2.733
Variações monetarias/Juros	2.733	-	2.733
Transferência para o circulante	13.750	(13.750)	-
Debêntures a pagar em 31 de março de 2020	**12.584**	**12.500**	**25.084**
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(13.845)	-	(13.845)
Liberações	-	-	-
Amortização do principal	(12.500)	-	(12.500)
Juros pagos	(1.345)	-	(1.345)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	13.800	(12.500)	1.300
Variações monetarias/Juros	1.300	-	1.300
Transferência para o circulante	12.500	(12.500)	-
Debêntures a pagar em 31 de março de 2021	**12.539**	**-**	**12.539**

22 Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
ICMS – parcelamento	8.469	9.488

INSS	301	535
ICMS	-	379
IPI (Glosa Créd. Presumido)	143	137
COFINS	28	290
PERT (Programa Especial Regularização Tributária)	6	62
IRRF	23	17
PIS/COFINS/CSLL	-	3
Outros	34	50
Total	9.003	10.961
Passivo circulante	**4.628**	**6.776**
Passivo não circulante	**4.375**	**4.185**

23 Provisões para contingências

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	2021	**2020**
Cíveis	41	378
Trabalhistas	-	121
	41	499

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R$ 1.086 (R$ 3.039 em 31 de março de 2020). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

24 Adiantamento de clientes

	2021	**2020**
Adiantamento de clientes (mercado externo)	6.686	19.822

Adiantamento de clientes (mercado interno)	399	818
	7.085	20.640

Refere-se a adiantamentos recebidos pela Companhia para futura entrega de álcool e açúcar na safra 2021/2022.

25 Patrimônio líquido

Capital social
Em 31 de março de 2021, o capital social está representado por 59.987.075 ações no valor de R$ 1,00 cada uma (5.987.075 ações em 31 de março de 2020), pertencentes aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	2021		2020	
	Ações	**%**	**Ações**	**%**
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	58.690.306	97,84	58.690.306	97,84
Laax Empreendimento e Participações Ltda.	1.296.769	2,16	1.296.769	2,16
	59.987.075	100	59.987.075	100

Ações ordinárias
Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações em tesouraria.

Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, sem limite estipulado sobre o capital social.

Ajustes de avaliação patrimonial
É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

26 Receita operacional líquida
Veja políticas contábeis na nota explicativa 7.a.

a. Fluxos da receita

A receita operacional da Companhia é composta, substancialmente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	2021	2020
Receita bruta fiscal	298.995	201.864
Impostos sobre vendas	(23.198)	(25.038)
	275.797	176.826

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	2021	2020
Receitas operacionais:		
Mercado interno:		
Etanol	106.104	117.698
Outras	2.389	3.794
	108.493	121.492
Mercado externo:		
Açúcar	181.288	61.953
Soja – revenda (*performance)*	9.213	18.420
	190.502	80.372
Total da receita bruta	298.995	201.864
(-) Impostos sobre vendas	(23.198)	(25.038)
Total da receita líquida	**275.797**	**176.826**

As receitas no mercado externo estão assim distribuídas geograficamente:

	2021	2020
Açúcar		
França	117.731	38.873
Inglaterra	34.640	23.080
Suiça	28.917	-
	181.288	121.492
Soja *(performance)*		
Suiça	9.213	18.420
	9.213	18.420
Total da receita líquida	**190.502**	**80.372**

27 Custo dos produtos e mercadorias vendidos

	2021	2020

Matéria prima fornecedores e própria	85.868	48.178
Combustíveis e insumos	27.097	26.991
Mão de obra	18.642	20.130
Serviços prestados por terceiros	13.818	10.195
Entressafra	11.374	11.902
Peças e acessórios	7.769	5.841
Depreciação	4.764	4.450
Outros custos	5.581	4.450
Frete	2.295	1.507
Mercadorias revendidas - Soja	7.045	18.097
Total	**184.253**	**151.742**

28 Despesas operacionais por natureza

	2021	**2020**
Fretes, transbordos e armazenagem	14.969	7.626
Despesa com pessoal	5.607	5.442
Serviços prestados	3.755	3.343
Outras despesas	3.119	2.941
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	2.159	199
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	-	(543)
	29.610	19.010
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas de vendas	18.549	8.541
Despesas administrativas e gerais	11.061	10.469
	29.610	**19.010**

29 Outras receitas operacionais líquidas

	2021	**2020**
Receita de Venda de Cbios	1.770	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	457	(30)
Reintegra	174	(56)
Resultado na venda/baixa de ativos	28	190
Exclusão do ICMS da base do Pis e Cofins	-	3.537
	2.428	**3.642**

30 Receitas financeiras

	2021	**2020**
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	35.193	56.198
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	3.595	1.880

Juros demais operações e descontos financeiros	1.167	1.632
Rendimentos com aplicações financeiras	593	1.147
Descontos obtidos	293	398
	40.841	**61.257**

31 Despesas financeiras

	2021	**2020**
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	95.297	43.899
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	22.720	1.689
Juros apropriados sobre financiamentos	15.091	16.656
Juros sobre passivo de Arrendamentos (nota explicativa nº 19)	5.873	5.869
Juros tributários - parcelamento e contingências	2.159	1.514
Juros demais operações	1.847	2.963
Descontos concedidos	115	692
Custos de transação	5	(816)
	143.107	**72.466**

32 Variação cambial líquida

	2021	**2020**
Variação cambial ativa	2.301	510
Variação cambial passiva	(13.599)	(13.155)
Variação cambial líquida	**(11.298)**	**(12.647)**

33 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
31 de março de 2021		**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1.421	-	1.421	-	-	-
Aplicações financeiras	8	34.273	-	-	34.273	-	34.273	-
Contas a receber de clientes	9	-	790	-	790	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	12.234	-	12.234	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	289	-	-	289	-	289	-
Outros ativos		-	966	-	966	-	-	-
Total		**34.562**	**15.411**	**-**	**49.973**	**-**	**34.562**	**-**
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	18	-	-	34.841	34.841	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	191.212	191.212	-	191.212	-
Debêntures a pagar	21	-	-	12.539	12.539	-	12.539	-
Passivo de arrendamento	19	-	-	51.268	51.268	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	13	-	-	14.475	14.475	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	48.406	-	-	48.406	-	48.406	-
Total		**48.406**	**-**	**304.335**	**352.741**	**-**	**252.157**	**-**

31 de março de 2020	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	589	-	589	-	-	-
Aplicações financeiras	8	34.448	-	-	34.448	-	34.448	-
Contas a receber de clientes	9	-	3.577	-	3.577	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	18.321	-	18.321	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	56.701	-	-	56.701	-	56.701	-
Outros ativos		-	849	-	849	-	-	-
Total		**91.149**	**23.335**	**-**	**114.484**	**-**	**91.149**	**-**
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	30.967	30.967	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	180.078	180.078	-	180.078	-
Debêntures a pagar	19	-	-	25.084	25.084	-	25.084	-
Passivo de arrendamento	19	-	-	61.364	61.364	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	13	-	-	1.587	1.587	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	44.715	-	-	44.715		44.715	
Total		**44.715**	**-**	**299.080**	**343.795**	**-**	**249.877**	**-**

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo. Em 2021 e 2020, não houve a transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros pela Companhia.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

d. Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com Companhias de Trading, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas Companhias. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de arrendamento, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina. Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantem operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras é como segue :

	Nota	2021	2020
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	35.694	33.922
Contas a receber de clientes	9	790	3.577
Outros ativos		966	849
		37.450	**38.347**

Em 31 de março de 2021 e 2020, a Companhia possuía junto a instituições operações de empréstimos financiamentos cujo saldo devedor naquela data era significativamente superior aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

	2021				
	Valor contábil	**Até 12 meses**	**13 a 24 meses**	**25 a 36 meses**	**Mais que 36 meses**
Fornecedores	34.841	34.841	-	-	-
Passivo de arrendamento (*)	51.268	8.738	13.835	12.558	50.425
Empréstimos e financiamentos (*)	191.212	93.938	57.991	35.212	22.491
Debêntures a pagar (*)	12.539	12.539	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas(*)	14.475	3.342	10.160	2.049	
Instrumentos financeiros derivativos	48.406	39.858	8.548	-	-
Total	**341.608**	**193.256**	**90.534**	**49.819**	**72.916**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

	2020				
	Valor contábil	**Até 12 meses**	**13 a 24 meses**	**25 a 36 meses**	**Mais que 36 meses**
Fornecedores	30.967	27.855	3.112	-	-
Passivo de arrendamento (*)	61.364	13.540	16.470	11.828	48.292
Empréstimos e financiamentos (*)	180.078	89.450	54.279	27.241	20.542
Debêntures a pagar (*)	25.084	12.584	13.316	-	-
Mútuo com partes relacionadas(*)	1.587	1.587	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	44.715	44.715	-	-	-
Total	**343.795**	**189.731**	**87.178**	**39.069**	**68.834**

(*) Os valores de Passivo de arrendamento, Empréstimos e financiamentos, Debêntures a pagar e Mútuo com partes relacionadas incluem encargos projetados até o término dos respectivos contratos, distribuídos de acordo com o *aging* apresentado nos quadros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a Companhia de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

Risco de taxas de câmbio
Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do período a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições.

A gestão da exposição cambial da Usina consiste na análise do Hedge natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção. Sendo que, o hedge natural entre contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para safra seguinte.

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção - hedge, estão lastreados pela exposição líquida em moeda estrangeira, que comtempla os contratos de exportação firmados para a proxima safra. No entanto, a avaliação da nessessidade da contratação de instrumentos de proteção paras exposições em moeda estrangeira de longo prazo, será feita ao termino da próxima safra.

Análise de sensibilidade
A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2021, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2021 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

	Alta		Baixa	
	25%	50%	25%	50%

	US$	R$				
Instrumentos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	6.219	35.434	(8.859)	(17.717)	8.859	17.717
Swap	20.971	119.480	(29.870)	(59.740)	29.870	59.740
NDFs	24.581	140.047	(35.012)	(70.023)	35.12	70.023
	51.772	294.961	(73.741)	(147.482)	73.741	147.482

Risco de taxas de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e swaps, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Companhia, já que esse não é o principal risco.

Análise de sensibilidade
A Companhia não realizou análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Risco operacional
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

Perdas por redução no valor recuperável
Na data do balanço a Companhia possuia somente R$309 a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a recebiveis.

Risco de estrutura de capital
Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Gerenciamento do capital
A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da Companhia:

	2021	2020
Empréstimos e finaciamentos	(191.212)	(180.078)
Debêntures a pagar	(12.539)	(25.084)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	35.694	33.922
(=) Dívida líquida (A)	(168.057)	(171.240)
Total do patrimônio líquido (B)	41.404	58.278
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	(4,06)	(2,94)

Resultado referente aos instrumentos financeiros
A Companhia utiliza derivativos para gestão de risco de variação cambial decorrente de suas transações operacionais de compra e venda de *commodities* em moeda estrangeira. A administração utiliza *NDFs* na estratégia de gestão do risco de variação cambial.

A administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020 que afetaram a demonstração de resultado:

Resultado de operações mantidas para negociação		**Valor Nocional**	**2021**	**2020**
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	(743)	247	1.593
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	Açúcar VHP		42	50.704
Ajustes Mercado Termo - SWAP´s	USD			4.405
			289	56.701
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	25.324	(25.530)	(44.710)
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	Açúcar VHP		(17.221)	
Ajustes Mercado Termo - SWAP´s	USD	20.971	(5.655)	(5)
			(48.406)	(44.715)

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de Swap de dólar, Swap de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados nos exercícios de março de 2021 e março de 2020 que afetaram a demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	(36.655)	(2.566)
Ajustes Mercado Termo - NDF's *commodity*	-	(50.704)
Ajustes Mercado Termo - SWAP´s	(2.133)	(4.809)
Ganhos com derivativos (nota 30)	(38.788)	(58.078)
Despesas financeiras		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	45.729	45.583
Ajustes Mercado Termo - NDF's *commodity*	67.882	-
Ajustes Mercado Termo - SWAP´s	4.405	5
Perdas com derivativos (nota 31)	118.017	45.588

34 Compromissos

A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2024/2025. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume (toneladas)
2022/2023	95.000
2023/2024	95.000
2024/2025	20.000
Total	**210.000**

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Os compromissos valorizados pelo CONSECANA de 31 de março de 2021 podem ser assim determinados:

	Toneladas de cana-de-açúcar	Valor
2023	642.000	53.235
2024	595.000	48.924
2025	627.000	51.117
2026	627.000	51.117
2027	627.000	51.117
Total	**3.118.000**	**255.510**

35 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

36 Eventos subsequentes

4ª Emissão de Debêntures

Em Abril de 2021, a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos. O valor unitário das debêntures é de R$ 1.000,00 (Um mil reais), sendo que foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil), feita 40.000 (quarenta mil) com o Banco Santander S.A. e 35.000 (trinta e cinco mil) com o Banco Itaú S.A, totalizando R$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais) e o vencimento final se dará em 25 em novembro de 2025.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% (Cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados e divulgados diariamente pela "Taxa DI", acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 5,20% a.a. e 5,80% a.a. ao ano, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As debêntures são sujeitas aos covenants financeiros medidos conforme abaixo:

Índice Financeiro	**Exercício Encerrado**	**Exercício Encerrado**	**Exercício Encerrado**	**Exercício Encerrado**
	em março/2022	em março/2023	em março/2024	em março/2025
Dívida Líquida / EBTIDA	<= 2,0x	<= 2,0x	<= 2,0x	<= 2,0x
Liquidez Corrente	>= 1,0x	>= 1,0x	>= 1,0x	>= 1,0x
Dívida líquida / Tonelada de Cana Moída	<= R$ 110,00	<= R$ 90,00	<= R$ 90,00	<= R$ 90,00

* * *

Composição da Administração

Diretoria

Renata Sodré Viana E. Junqueira
Sócia Administradora

Renata Sodré Viana E. Junqueira
Diretora Adm. Financeiro

Ricardo Martins Junqueira
Diretor Industrial

Enio Aparecido O. do Nascimento
CRC 1SP320440/O-7
Contador

* * *